



Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza

CORRUPÇÃO & IMPROBIDADE

CRÍTICAS E CONTROLE

Prefácios

Ubiratan Aguiar

Pedro Durão

Área específica

Direito. Administração Pública.

Áreas afins

Ética. Direito Penal. Direito Administrativo.

Público-alvo/consumidores da obra

Agentes públicos políticos ou administrativos. Fiscais ou gestores da “coisa Pública” que tenham ou não aproximação com o Direito. Estudantes e profissionais do Direito que querem ter uma visão integrada sobre o tema, sob o exame de diversos dispositivos legais (de âmbito penal e administrativo).

175 páginas

ISBN 978-85-7700-425-6

Formato: 14,5x21,5 cm

O livro é interessante e apresenta-se como obra nova e modesta, de fácil e agradável leitura, voltada a todos aqueles que aspiram ingressar ou militam na área pública, como Funcionários Públicos, Agentes Políticos, Advogados Públicos, sejam eles, Advogado da União, Procurador Federal, Procurador do Estado, Procurador Municipal ou Autárquico e, até mesmo, membros do Ministério Público e todos aqueles que fiscalizam ou gerem a “coisa Pública”, tenham ou não aproximação com o direito. Destina-se, também, aos estudantes e profissionais do direito que querem ter uma visão integrada sobre o tema, sob a ótica de diversos dispositivos legais (de âmbito penal e administrativo). Além disso, o exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tem cobrado, por vezes, temas desta espécie na 2ª fase, em sua prova prático-profissional.

Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza

Advogada. Especialista em Direito Civil e Processo Civil (UNIT); Auditoria Contábil (UFS); Direito Municipal e em Direito do Estado — esta última em fase de defesa — (UNIDERP-LFG). Ministra cursos, palestras, escreve artigos e é colaboradora editorial da revista JAM Jurídica. Professora de graduação e pós-graduação da Universidade Tiradentes (Direito Administrativo, Empresarial e Ética jurídica). Funcionária do Tribunal de Contas do Estado/SE.

SUMÁRIO DO LIVRO

PREFÁCIOS

Ubiratan Aguiar

Pedro Durão

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

A SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO E OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO 2

CORRUPÇÃO – HISTÓRICO, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

2.1 O nepotismo

2.2 A internacionalização do combate à corrupção

2.3 Crimes do colarinho branco – A visão de três juristas

2.4 O que é lavagem de dinheiro?

CAPÍTULO 3

OLHOS SOBRE OS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO, O PATRIMÔNIO E AS FINANÇAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 4

(IM)PROBIDADE ADMINISTRATIVA

4.1 Generalidades da Lei nº 8.429/92

4.1.1 Sujeitos da improbidade

4.1.2 Atos de improbidade administrativa

4.1.3 Das sanções e outros aspectos

4.1.4 Proibição administrativa *versus* nuances éticas

CAPÍTULO 5

O DECRETO-LEI Nº 201, OS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS PREFEITOS E VEREADORES E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

CAPÍTULO 6

CORRUPÇÃO E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

6.1 A presença do Estado na promoção da cidadania – Interesse coletivo

6.2 Instrumentos de controle

CAPÍTULO 7

O PAPEL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO COMBATE ÀS PRÁTICAS DE IMPROBIDADE E CORRUPÇÃO

7.1 Natureza jurídica dos Tribunais de Contas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

ANEXOS

Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967

Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986

Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992

Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000

Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000

Resolução nº 07, de 18 de outubro de 2005

Leis objeto de pesquisa